

“Santa Casa não é uma casa de jogos, mas de solidariedade”

Reflexão. A urgência de se regulamentar o jogo 'online' em Portugal foi consensual entre os participantes do debate ontem realizado no Auditório do 'Diário de Notícias' sobre 'Apostas Online', que encerrou a Grande Investigação dedicada a este tema. Luís Filipe Pereira, padre Vítor Melícias, Hermínio Loureiro, Luísa Martins e Artur Mateus evidenciaram os benefícios para todos os intervenientes no jogo em Portugal, incluindo a proteção dos jogadores e as receitas arrecadadas pelo Estado

MARINA MARQUES, SÍLVIA FRECHES
e SÓNIA SIMÕES

A necessidade de regular o jogo *online*, tal como o Governo se propõe fazer até ao final do ano, é consensual, porque “os benefícios são para todos”. Porém, já o modelo legislativo, nomeadamente no que diz respeito à entrega de gestão do negócio das apostas desportivas, não acolhe a mesma harmonia de pensamento. E tal ficou bem expresso na opinião de Vítor Melícias, ex-provedor da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (SCML), que considera que aquela entidade “não deve ser gestora de tudo o que são jogos em Portugal”.

No debate, realizado ontem no Auditório do DN, que encerrou o trabalho de grande investigação sobre o mundo do jogo em Portugal e das apostas *online*, o padre Vítor Melícias foi bem claro quanto ao que pensa ser o papel da SCML nesta atividade. “A

Santa Casa não é uma casa de jogo, e muito menos de jogos, é uma casa de solidariedade e de misericórdia. Não deve ser gestora de tudo o que são jogos em Portugal, os jogos de fortuna e azar devem ter a gestão do sector privado, com controlo do Estado, dos seus organismos públicos, através dos órgãos de soberania, do Tribunal de Contas ou do Banco de Portugal. A Santa Casa, quando muito, pode colaborar com a sua experiência secular, mas não deve intervir. A sua gestão deve centralizar-se no sector do jogo social, nas doações e donativos”, disse Melícias, fazendo questão de explicar que não estava no debate em representação da SCML.

A discussão quanto ao papel da Santa Casa surge na sequência da notícia do DN, na sexta-feira, que revelou o tipo de modelo legislativo (semiliberal) que o Governo deverá apli-

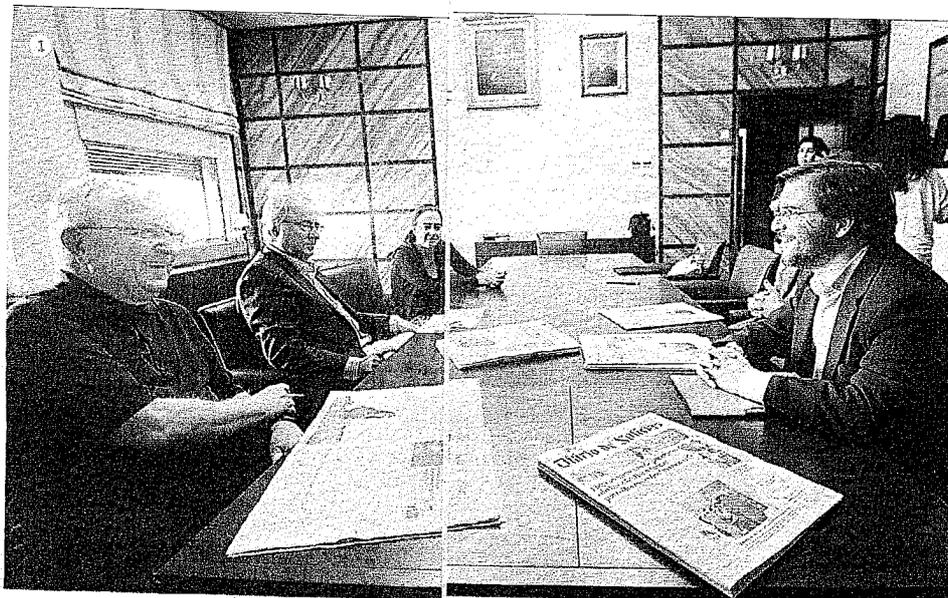
car na regulação do jogo *online*. Este modelo que é sugerido no estudo da equipa interministerial, ao qual o DN teve acesso, e que já está a ser estudado por Passos Coelho, admite a entrada (legalizada) das casas de apostas no mercado, mas, ao que tudo indica, num processo tutelado pela Santa Casa. Esta entidade, que detém o monopólio do jogo social e contribuiu anualmente para o Estado com cerca de 580 milhões de euros, passaria também a ser responsável pelas

apostas hípicas e desportivas à cota, no entanto não ficaria com a exclusividade. Segundo o modelo legislativo proposto, as casas de apostas podem entrar no mercado através de concurso público.

Se Vítor Melícias não está de acordo com o monopólio da gestão, aplaude a regulação. “Todos os sectores, social, público e privado, devem ter as

“
Existem jogos que
nunca foram regula-
mentados – as apostas
desportivas à cota”

ARTUR MATEUS
SEC.-GERAL ASSOC. CASINOS



1. Ex-provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa padre Vítor Melícias (à esq.) participou no debate moderado pelo jornalista do DN João Céu e Silva, no qual participou o advogado Luís Filipe Pereira (à direita) e a psicóloga Luísa Martins
 2. Hermínio Loureiro, ao centro, durante o debate moderado por João Céu e Silva que contou com a psicóloga Luísa Martins
 3. Luís Filipe Pereira, Filomena Martins, diretora adjunta do DN, Vítor Melícias, João Céu e Silva, Hermínio Loureiro, Luísa Martins e Artur Mateus, da Associação Portuguesa de Casinos
 4. Padre Vítor Melícias e João Céu e Silva



mesmas condições, devidamente regulamentadas, para exercer a sua atividade. É bom que haja em todas as áreas de atividade do País estes três sectores e que eles, entre em si, numa concorrência positiva, possam desenvolver a sua função para bem de todos sem se estorvarem." Uma opinião que não teve discordâncias entre o painel do debate (ver págs. 6 e 7).

Artur Mateus, secretário-geral da Associação Portuguesa de Casinos (APC), salientou antes a diminuição continuada das receitas dos casinos desde que casas de apostas começaram a operar em Portugal. E reforçou a necessidade de ser concedida aos casinos a exclusividade dos jogos *online* de fortuna ou azar.

Já Hermínio Loureiro, vice-presidente da Federação de Futebol, alertou para a necessidade do aproveitamento de uma atividade que dará receitas extras aos clubes e à comunicação social, sobretudo desportiva.

Luís Filipe Pereira, advogado que tem co-

mo *hobby* póquer, considera ser do interesse público ter mais *inputs* da sociedade civil. Posição mais cautelosa tem a psicóloga Luísa Martins, que alertou para os perigos sociais da dependência do jogo e a falta de apoio do Estado às associações de apostadores patológicos.

O mercado do futebol

As apostas desportivas são as grandes responsáveis pela nova legislação do jogo — que sairá da proposta da comissão interministerial. Quase 70% do mercado das casas *online* que operam em Portugal corresponde às apostas em jogos de futebol (póquer e jogos de casino são os outros mais procurados) que vivem num vazio legislativo.

Uma situação que Artur Mateus fez questão de salientar, revelando que esse não é um mercado de especial interesse para a APC. "Existe uma larga fatia de jogos que até hoje nunca foram regulamentados em Portugal. A Associação Portuguesa de Casinos

nunca foi nem será contra a regulamentação desses jogos em matéria *online* e que eles sejam regulamentados em termos que permitam o acesso a vários operadores: esses jogos são as chamadas apostas desportivas à cota, jogo nunca explorado nem pelos casinos nem pela Santa Casa."

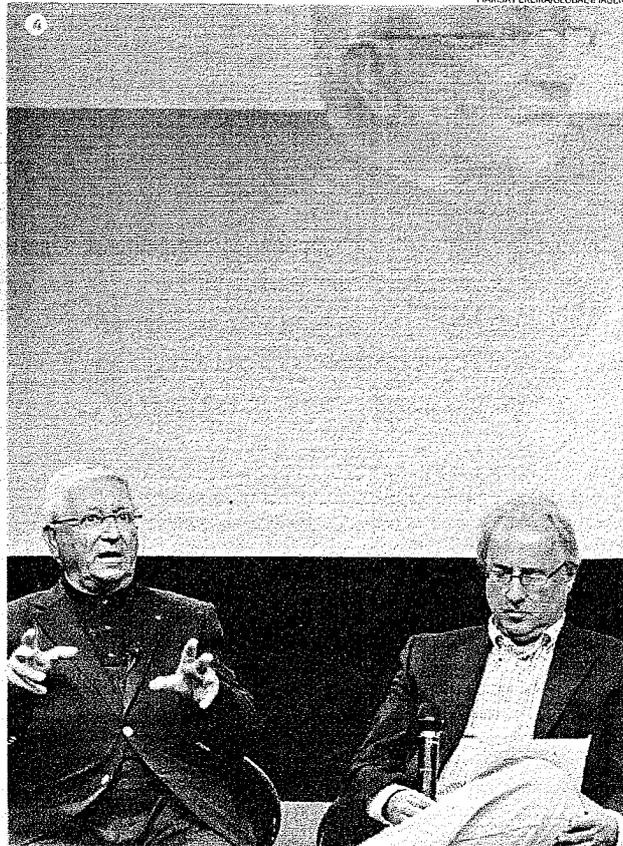
Para os clubes, a questão de quem passa a regular as apostas desportivas à cota é de certa forma secundária. O importante mesmo é que o futebol, em geral, e os clubes, em particular, passem a receber contrapartidas da utilização do seu nome e ao mesmo tempo terem a possibilidade de ganharem novos patrocinadores, como se passa por exemplo no Real Madrid, a quem a Bwin paga 20 milhões de euros. Hermínio Loureiro pede com urgência o fim do vazio legislativo: "Esta ausência de regulamentação não favorece ninguém, a não ser as casas de apostas. As receitas são fundamentais para o futebol, mas todo o desporto tem a ganhar com isso, seja o ténis, o basquetebol, o automobilismo."



MARISA PEREIRA/GLOBAL IMAGENS



REINALDO RODRIGUES/ GLOBAL NOTÍCIAS



MARISA PEREIRA/GLOBAL IMAGENS

Acabar com a “hipocrisia” e afastar a “suspeição”

O vazio legislativo tem originado uma batalha jurídica entre as concessionárias Santa Casa e casinos contra as casas de apostas que se associaram ao futebol. Uma das consequências dos vários processos em tribunal foi a proibição de os operadores fazerem publicidade em Portugal. Uma situação ironizada por Hermínio Loureiro, muito crítico com a apatia dos sucessivos Governos na questão da regulamentação *online*.

“Em Portugal, vive-se uma hipocrisia nesta questão: televisões, jornais e rádios estão proibidos de fazer publicidade à Bwin, mas ela é feita através de Mourinhos e Ronaldos, que nos entram pelos olhos adentro todos os dias [Bwin é patrocinadora do Real Madrid a quem paga 20 milhões de euros por

época]. É importante acabar com esta hipocrisia reinante”, disse o dirigente.

E da mesma hipocrisia falaram Luís Filipe Pereira e Artur Mateus, citando o caso do póquer. “Qual é a lógica de haver um canal televisivo que passa jogos de póquer 24 horas por dia e quando se realizam nos casinos portugueses não podem ser feitas reportagens nem publicidade?”, questionou o secretário-geral da Associação de Casinos.

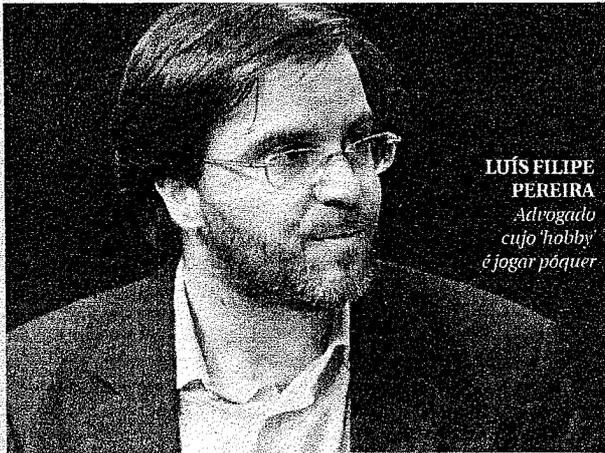
Mas a urgência na regulação não pode causar precipitações, alerta Vítor Melícias: “É necessário transparência e decidir sem afogadilho. É uma matéria muito delicada e há já muita suspeição no ar. Quem legislar tem de ter muito cuidado, até no nome dos ministros que vão legislar.”

APOSTAS
'ONLINE'

gi
grande
investigação
DN

1% da população sofre de vício do

O secretário geral da Associação Portuguesa de Casinos, Artur Mateu debate do DN haver um estudo da Universidade Católica que chegou a 1% da população portuguesa sofre de adição do jogo. Em 'Epidemiol de jogo a dinheiro em Portugal', realizado por iniciativa da Santa Casa cerca de um milhão de portugueses teve problemas com o jogo ao lo

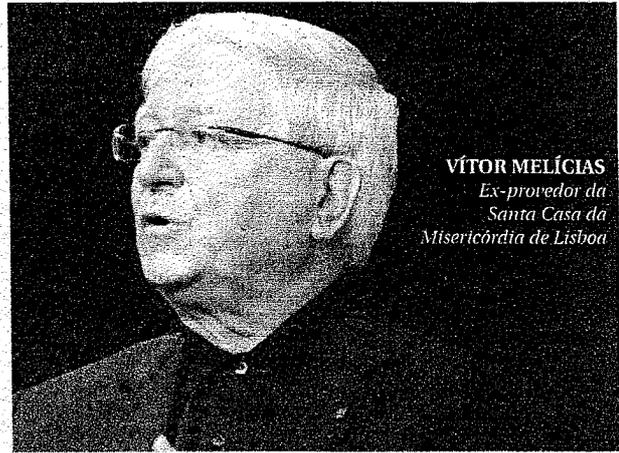


LUÍS FILIPE PEREIRA
Advogado
cujo 'hobby'
é jogar póquer

"Era importante que o relatório interministerial fosse dado a conhecer ao consumidor"

As preocupações de um jogador em relação à regulamentação do jogo são as mesmas já manifestadas pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias em acórdão proferido no ano passado: o fator da transparência, o combate à fraude e a comportamentos criminosos, a afetação das verbas do jogos à cultura, à saúde e à educação, a necessidade de haver códigos de conduta que funcionem como um instrumento credível e a investigação e controlo transfronteiriço. A mensagem foi passada por Luís Filipe Pereira, advogado que tem como *hobby* jogar póquer, ontem no debate ocorrido no DN sobre "Apostas Online". Antes da sua primeira intervenção, Luís Filipe Pereira fez questão de proferir uma declaração de interesses. É que, além de jogador de póquer, é advogado e representa clientes, portugueses e estrangeiros, "com interesse indireto no jogo, como a informação sobre o póquer e a publicidade associada ao jogo". O jurista aproveitou ainda para sublinhar que a questão do póquer – que há dois anos foi regulamentado em Portugal como sendo um jogo de fortuna ou azar – "é um jogo completamente diferente, porque se joga contra uma pessoa e não contra uma casa de apostas". Ainda assim, admite: "Claro que existem problemas associados." Feita a ressalva, Luís Filipe Pereira contou que começou a jogar em 2007, depois de

amigos seus terem contactado com o jogo após uma viagem aos Estados Unidos. "É um jogo com um conjunto de regras que determina o valor a dar às cartas, tem uma componente matemática e estatística associada. Há imensos livros sobre estratégias de póquer", explica. Segundo ele, alguns jogadores foram profissionalizando-se, mas é preciso tempo – que ele não tem. Quando instado a responder se, de facto, os apostadores ganham dinheiro, o jogador lembrou que o póquer "é um jogo de pirâmide, os muito ganhadores são muito poucos, os ganhadores são alguns, mas na base estão os perdedores que suportam o jogo". Teve de estudar o jogo por "razões legais" e conhece a legislação portuguesa, europeia e de outros países, mas, confessa, a sua atividade *online* é quase "inexistente". "Eu jogo ao vivo porque gosto da confraternização que existe nos torneios." É completamente favorável à regulamentação do jogo, mas lembra que esta deve ser escrutinada pelo próprio consumidor. "Este relatório interministerial sobre o jogo *online* [que apresenta três propostas de alteração à lei] não é público, o DN teve acesso, os casinos conhecem, a Santa Casa não sei, mas o público em geral não. Era importante que fosse dado a conhecer ao consumidor para que houvesse discussão pública e transparência no processo."



VÍTOR MELÍCIAS
Ex-provedor da
Santa Casa da
Misericórdia de Lisboa

"Quem vai legislar tem de ter cuidado com a distinção entre jogos sociais e jogos privados"

Sem pressas nem "afogadilho", com a clara distinção entre "jogos, privados, públicos e sociais" e depois de ouvir todos os interessados, "porque é um matéria de interesse geral". Foi assim que o padre Vítor Melícias, ex-provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), chamou a atenção ao Executivo antes de escolher uma das três políticas apontadas nas conclusões da comissão interministerial criada para alterar a lei do jogo e incluir as apostas *online*. No debate ocorrido ontem no Auditório do DN, Vítor Melícias lembrou que há 20 anos que não está ligado à SCML, mas também é esse o tempo que acompanha a questão dos jogos. O ex-provedor da SCML falou enquanto cidadão, dado "o interesse geral" do tema e lembrou que "não devem ser tomadas decisões sem ouvir todas as partes interessadas". "Em vez de o legislador legislar à socapa, deve ouvir todos os interessados." Por outro lado, referiu ser "necessário falar sobre a natureza dos jogos e distinguir jogos sociais, públicos e privados". "Sempre defendi que a Santa Casa não deve ser gestora dos jogos de fortuna ou azar, que devem ser atribuídos ao privado, com controlo do Estado, através dos órgãos de soberania", explicou. "A Santa Casa é uma casa de solidariedade e misericórdia, não uma casa de jogos. É bom que haja em todas as áreas da atividade o público, o privado e o social e que

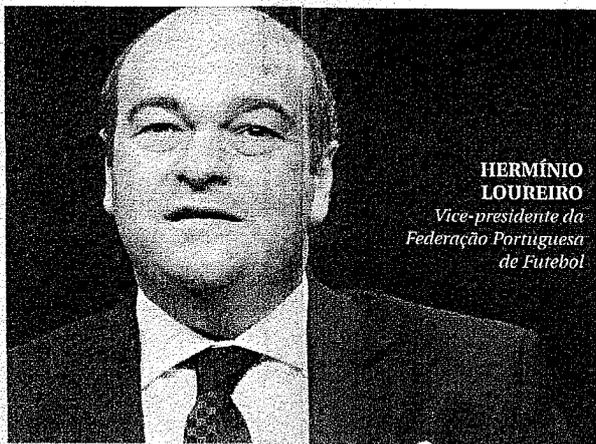
todos consigam exercer a sua atividade." O ex-provedor até admite diferenças na tributação fiscal, "mas a distinção deve ser dinheiro público, aprovado pelo pelo Estado e com uma metodologia de gestão, dinheiro privado (mesmo que este passe depois para o público) e dinheiro social". E, apesar de já se falar em possíveis perdas por falta de regulamentação das apostas *online*, o ex-responsável pelos jogos sociais lembra que a crise não pode gerar um "afogadilho" de "decisões". "A legislação tem de ser muito bem cuidada, sou a favor da regulamentação, sem afogadilho, com participação e muita clareza. O valor do interesse nacional deve ser respeitado." Quanto a uma possível harmonização europeia das leis do jogo, Vítor Melícias revelou-se contra e recorreu a uma metáfora. "Os chouriços não têm de ter o mesmo tamanho nem as galinhas o mesmo peso. Há uma tradição dos jogos sociais em Portugal." Em jeito de conclusão, referiu que se o "offline" e o "online" são instrumentos de atividade e a Santa Casa já tem os seus jogos *online*, porque não podem os casinos ter?", interogou. Mas avisou não concordar que a SCML centralizasse tudo, nomeadamente a fiscalização. E remata: "Quem vai legislar tem de ter muito cuidado, é uma matéria muito delicada, em que tem de ser salvaguardada a distinção dos jogos sociais e privados."

jogo

, referiu ontem no à conclusão de que gia da dependência , concluiu-se que jogo da vida.

Europa desfavorável a lei com

Apesar de no debate de ontem se ter falado na possibilidade de forma que cada Estado membro tenha leis do jogo semelhantes do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias sentenciando a questão da livre concorrência e da circulação de capitais não ser uma atividade específica e caber a cada país legislar a favor



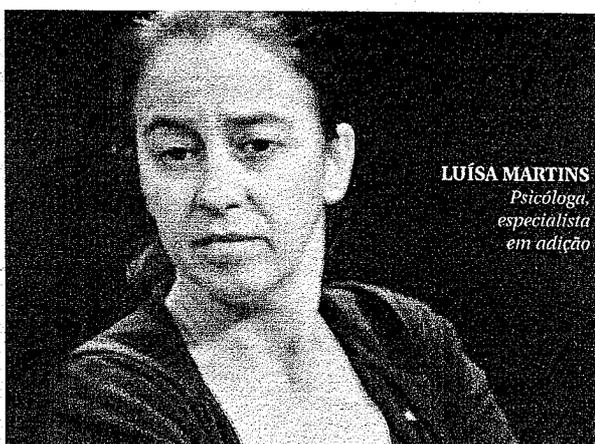
HERMÍNIO LOUREIRO
Vice-presidente da Federação Portuguesa de Futebol

“Portugal não pode dar-se ao luxo de abrir mão de uma receita fiscal destas”

A urgência para regulamentar o jogo *online*, uma atividade que significa nova fonte de financiamento para o desporto e receita fiscal acrescida para os cofres do Estado, foi uma das tónicas do discurso do vice-presidente da Federação Portuguesa de Futebol, ontem durante o debate realizado no Auditório do DN. “A situação, tal como está, não pode continuar. Esta ausência de regulamentação não ajuda nem beneficia ninguém. Portanto, urge regulamentar e regulamentar bem”, sintetizou Hermínio Loureiro. Numa postura conciliadora, o responsável desportivo salientou por diversas ocasiões que “o enquadramento legal do jogo *online* não pode ser visto contra ninguém. Nem contra a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que tem um papel do ponto de vista social insubstituível e imprescindível no nosso país, nem contra os casinos, que também têm um papel importante nas atividades culturais e no fomento do financiamento do turismo, um *cluster* muito importante para o nosso País”. Elançou um apelo a todos os intervenientes no processo de regulamentação do jogo *online*. “Devemos criar condições para que o exercício desta atividade seja devidamente regulamentada para que todos, sem exceção, ganhem com esta situação.” Hermínio Loureiro mostrou-se

pode dar-se ao luxo de abrir mão de uma receita fiscal destas”

compreensivo relativamente às concessionárias dos casinos: “A partir do momento em que existe o jogo *online*, acho muito bem que os casinos renegociem as suas licenças – as taxas que pagam, os anos de concessão –, porque a realidade alterou-se.” Mas também fez questão de destacar que o futebol português e o desporto em geral são um dos grandes prejudicados com a não regulamentação da atividade das casas de apostas e lembrou o patrocínio que os clubes da II Liga viram cancelado a meio da última época desportiva. Uma situação tanto mais grave quando os clubes de outros países – onde o jogo *online* já está regulamentado – têm nos patrocínios das casas de apostas uma fonte de financiamento, vedada aos emblemas nacionais. O dirigente destacou também os impostos que o Estado deixa de arrecadar devido à ausência de legislação: “Na situação económico-financeira que o País está a viver, que precisa como de pão para a boca de aumentar as receitas fiscais, como é possível esta inércia durante tantos anos? Um país como o nosso não pode dar-se ao luxo de abrir mão de uma receita destas.” Hermínio Loureiro destacou uma outra vertente desta questão: “A proteção dada aos apostadores através do enquadramento legal da atividade.”



LUÍSA MARTINS
Psicóloga, especialista em adição

“Há terapia para a adição em comunidades terapêuticas, mas Estado não comparticipa”

A psicóloga e especialista em adição Luísa Martins revelou ontem no debate do DN sobre “Apostas *Online*” que há acompanhamento em comunidades terapêuticas para os jogadores que sofrem de adição do jogo, mas que o Estado não comparticipa, como faz com os doentes adictos em droga ou em álcool. Convicta de que grande parte dos jogadores viciados ainda não procuram ajuda, a psicóloga, que trabalha com o problema da adição há cerca de vinte anos, sublinha, no entanto, haver “já mais pessoas a pedir ajuda”. Só que “há pouca ajuda especializada nesta área”, e que para o tratamento surgirem, há doze anos, grupos de interajuda gratuitos e “altamente eficazes” que seguem o modelo da “Terapia da Realidade” – a mesma seguida pelos Alcoólicos Anónimos. Há também comunidades terapêuticas que acolhem jogadores para tratamentos mais prolongados. “Mas ao contrário de um adicto em álcool ou droga, o tratamento do jogador não é comparticipado.” O que poderá ser um problema, uma vez que “um jogador em fim de linha está endividado”. “Estas pessoas passam a viver exclusivamente em função do jogo, numa ruína total. Tornam-se de tal forma escravos das suas dívidas que se vivessem durante 200 anos não as conseguem pagar”, revela. Também é frequente que “arrastem a família”. E foi por isso que, há

pouco mais de um ano, surgiu também um grupo de interajuda para familiares de jogadores. “Esta problemática requer um tratamento para toda a vida: tal como um diabético tem de tomar insulina, um jogador precisa das salas [onde se realizam as reuniões de interajuda].” Por outro lado, o próprio tratamento e o “processo de abstinência pode gerar outras dependências, como o álcool ou o distúrbio alimentar” explica, implicando cuidados ainda maiores. Questionada se existem números de jogadores compulsivos em Portugal, a psicóloga revelou que, de facto, só seria possível apurar esse dado se os Jogadores Anónimos (com reuniões em Carcavelos, Paedre, Lisboa e Porto) contabilizassem as pessoas, ou mesmo os profissionais que fazem terapia individual. Mas deixou o alerta: “Não sabemos o que desencadeia a adição. Se entrássemos todos num casino, não sabemos quem seria compulsivo. Tal como com o álcool. Não se sabe se quem bebe a primeira cerveja vai ser alcoólico.” Em jeito de conclusão, a especialista revelou “ser importantíssimo o acesso a terapêutica de longa duração e que seja divulgado o trabalho dos jogadores anónimos”. E lembrou que “num processo descontrolado e compulsivo, as pessoas podem ser travadas com dispositivos de interdição”. Defendeu ainda que a publicidade ao jogo piora o problema.

num

e de articular a legislação europeia de antes, ficou claro aquilo que o acórdão criou a pedido de um tribunal português: não pode ser aplicada ao jogo por esta favor da "ordem pública".



ARTUR MATEUS
Secretário-geral
da Associação
Portuguesa
de Casinos

“Há uma espiral regressiva que é muito preocupante e que é preciso travar”

Fazer respeitar os direitos dos casinos na exploração em exclusivo dos jogos de fortuna ou azar no território nacional é algo de que as concessionárias dos casinos não abrem mão. Uma posição deixada clara por Artur Mateus, secretário-geral da Associação Portuguesa de Casinos (APC), durante o debate ontem realizado no Auditório do DN.

“Há países europeus que já regularam o jogo *online* em moldes semelhantes ao apontado pelo estudo da comissão interministerial: através da atribuição aos titulares de licenças de casinos físicos da possibilidade de desenvolverem a sua atividade *online*”, salientou. Até porque, justificou, “o *online* é um canal de distribuição e não faz sentido que quem pagou por uma licença, que tem exclusividade da exploração do jogo no território nacional, não possa utilizar também o canal *online* para distribuir a sua atividade”.

No entanto, a nova legislação, só por si, não será suficiente para que os casinos recuperem da situação económica em que se encontram. “Já passou muito tempo de jogo *online* não regulamentado”, referiu o responsável, relembrando os alertas da associação, desde 2003, junto dos sucessivos Governos para a necessidade de regular esta matéria. Mas, explicou, “à exceção do atual Governo, nenhum foi sensível à necessidade de regulamentar uma atividade que estava

a ser exercida sem qualquer proteção para os jogadores e para travar um foco de crescente concorrência para os casinos”.

Concorrência que na última década deixou um rasto negativo:

“O Estado está a obter menos dinheiro agora com onze casinos em funcionamento do que obtinha com os sete casinos que existiam em 2001, altura em que prorrogou os prazos das concessões.”

E quantificou: “Registou-se uma queda de 9,3% e com uma tendência de agravamento muito significativa nos últimos três anos, em que as receitas dos casinos decresceram 92,5 milhões de euros.”

Valores que o levam a afirmar: “Há uma espiral regressiva que é muito preocupante e que é preciso travar.” E não sendo suficiente o novo enquadramento legal, Artur Mateus defendeu a necessidade de “encontrar alternativas para viabilizar este sector e para assegurar o financiamento do turismo”.

Isto porque, lembrou, “70% do orçamento do Turismo de Portugal, a entidade pública que financia os projetos de interesse turísticos nacionais, é financiado pelas verbas dos casinos”. E

destacou que, além dos jogos sociais da responsabilidade da Santa Casa e dos jogos de fortuna ou azar concessionados aos casinos, existe ainda uma fatia importante de jogo *online* por explorar em Portugal: as apostas desportivas à cota.